

Memória
Solenidade de Reinstalação e 1ª Reunião Ordinária
do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
Biênio 2016-2017

30 de março de 2016.

Participantes: Adriana Rigon Weska (OEI); Camila de Oliveira Koch (IDDH); Camila Moreno (MEC); Carla Maria Boueri Souto (OEI); Castor Bartolomé Ruiz (UNISINOS); Christiana Freitas (DPDH/SDH); Clarice Gosse (CGEDH/SDH); Daniel Arruda Martins (MEC); Daniella Veyga (UNE); Fernanda Brandão Lapa (IDDH); Fernanda Reis Brito (CGEDH/SDH); Flávia Inês Schilling (USP e especialista); Gelcivânia Mota Silva (UNDIME); Gina Vieira Ponte de Albuquerque (GDF e especialista); Maria de Nazaré Tavares Zenaide (UFPB e especialista); Mariana Alcalay Cors (Unesco); Moacir Gadotti (IPF); Nair Heloisa Bicalho de Sousa (UnB e especialista); Paulo César Carbonari (IFIBE); Rafael Nogueira Sousa (CNMP); Valéria Rangel (SDH); Vanderlene da Silva Rodrigues (Min. Comunicações)

No dia 30 de março, às 14h30, no Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos, Auditório Ana Paula Crossara deu-se início à Solenidade de Reinstalação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. A Diretora de Promoção dos Direitos Humanos, Christiana Freitas, abriu a cerimônia apresentando um breve histórico do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, contextualizando com a nova estrutura do colegiado. A Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, a Sra. Nilma Lino Gomes, proferiu saudação inicial, enaltecendo a composição plural do Comitê. A Ministra também ressaltou a importância de o Comitê retomar suas atividades no contexto atual, além do caráter basilar da Educação para a mudança social. Em seguida, o Presidente do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e Secretário Especial de Direitos Humanos, Rogério Sottili, também se pronunciou sobre a reinstalação do Comitê parabenizando o trabalho da Coordenação Geral de Educação em Direitos Humanos pelo empenho e compromisso, saudou os novos membros e proferiu agradecimento aos membros que estão deixando o Comitê. Recordou o papel que o Comitê desempenhou no decorrer de mais de uma década e ressaltou a importância de sua atuação na conjuntura atual.

No dia **31 de março de 2016, às 9h00, iniciou-se a 1ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – biênio 2016-2017**, com a elaboração do “manifesto pela democracia, pela legalidade e pelos direitos humanos”, o qual foi aprovado por todas e todos os membros do Comitê. Após, passou-se para as discussões dos pontos de pauta. A professora Nazaré Zenaide, falou da necessidade de construir site sobre EDH, e da Necessidade de identificar redes formativas, principais interlocutores da educação não formal. A professora Gina Vieira solicitou incluir no planejamento estratégias de implementação das Diretrizes. Fez um breve relato sobre o Projeto Mulheres Inspiradoras. E propôs a discussão no grupo sobre eleição dos diretores das escolas. Adriana Weska ressaltou que há um bom acúmulo de material para trabalhar, lembrou que o que se realizou nos últimos anos está disperso, a exemplo do MEC. Falou também da ampliação da oferta de vagas no Ensino Superior, criação de novos cursos, interiorização das IES, garantia de permanência e sucesso na trajetória escolar, ampliação do PROEXT, entre várias iniciativas voltadas à ampliação do acesso à Educação Superior. E ainda propôs que: no planejamento deve-se convidar às Secretarias do MEC e todas outras que tiverem relação com os debates do Comitê; e solicitar audiência do Comitê com o Ministro da Educação (quebrar conservadorismo, colocar instrumentos de avaliação à temática da Educação em Direitos Humanos).Levar acumulado de experiência,

planejamento e proposta de inserir EDH nos instrumentos de avaliação. Bem como colocar na coleta do SENSÓ.

A professora Nair Bicalho falou dos 30 anos NEP/CEAM/UnB. Destacou os projetos: Direito Achado na Rua (direito nasce das lutas sociais, justiça de transição) e Estudar em Paz, mediação de conflitos nas escolas. Ressaltou a importância de inserir e trabalhar a Pós Graduação em Direitos Humanos e Cidadania. Enfatizou que a Educação popular deve ser fortalecida pela SDH. Lembrou que as Universidades tem papel de formação de professores da Educação Básica (articular com ANDIFES). Falou de articular a implementação das Diretrizes para a EDH nas Universidades. Lamentou o não avanço no debate sobre mídia (TV Futura, TV Brasil, DHNET, TV Câmara, TV Justiça, canal aberto). Justiça e Segurança (SENASP, Comissão de Anistia, DEPEN, educação dos presidiários). Ressaltou sobre a realização do balanço dos 10 anos de PNEDH e monitoramento do PNEDH, sugeriu propor estratégias. A professora Flávia Schilling falou que a Metodologia é intrínseca a este trabalho. Lembrou que ainda há problemas em relação ao que se entende sobre Direitos Humanos (inclusive no nome do novo Ministério), daí a dificuldade da coleta dos materiais existentes; Destacou a iniciativa do Projeto "Respeitar é preciso". O Professor Gadotti salientou que todos os Comitês precisam ter uma orientação nacional do CNEDH. O Comitê deve estabelecer prioridades no planejamento para articulação (Rede Brasileira de que já se fez. Falou ainda dos demais parceiros para o trabalho de EDH, como os CEUs: adesão das escolas, Núcleos de apoio à aprendizagem, Sistema de proteção escolar (regras de conduta, mediador escolar) e também da criação no Núcleo de Estudos avançados da USP de um grupo sobre Memória e Política. A Vanderlene voluntariou-se para participar do CNEDH pela Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações. Sugeriu que a Educação em tempo integral pode ser visita ao Ministro que tiver relação com a temática, inclusive Ministro das Comunicações. Camila reforçou que o CNEDH deve ser espaço de troca constante. Falou que a TV Escola está à disposição. Relatou que na semana de Direitos Humanos toda a programação foi voltada para a temática e que a TV demanda conteúdo e o CNEDH pode propor. Lembrou que o momento é de transição, e está se tornando TV aberta (até julho). Agradeceu à Professora Gina pelo relato sobre o projeto. Informou que há 5 Cursos de formação na CGDH: Gênero e Raça, Escola que Protege, Educação em Direitos Humanos, Docência na Sócio-educação. Há necessidade de potencializar esses cursos. Havia vários encaminhamentos para trabalhar DH e temáticas correlatas. Momento é de potencializar cursos de EDH, congregando demais temáticas. O MEC conta com CNEDH para reformular conteúdos. Informou ainda que em um mês o processo de idealizar os cursos será iniciado, com vagas para 80 mil professores. A professora Nair lembrou que há mais de 500 mil professores, e que todas as ações citadas são voltadas para a implementação das Diretrizes. Salientou a importância do diálogo com o INEP sobre a Lei Maria da Penha. Momento de implementar a segunda parte (art. 8º): inclusão no currículo da Educação Básica e da Educação Superior. Incluir na avaliação. Outro diálogo com INEP é garantir nome social no SENSÓ (tema para a 12ª CNDH). Não há medidores da população trans nas escolas. Falou da plataforma criada pela SETEC – MOOC, plataforma que permite a criação de vários cursos. Todos os professores, funcionários e gestores que lidarão com população trans no PRONATEC trans. Potencializar espaços de formação. Escola é potencializador do diálogo. Falou ainda do cruzamento de dados do SENSÓ Escolar com os dados do SINASE, para acompanhar trajetória escolar dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Criar webservice para que todo estudante cadastrado como cumpridor de medida socioeducativa com um número INEP, para se acompanhar a trajetória dos adolescentes. Propôs convidar o MDS para fazer parte do CNEDH. A Camila informou que o Hotsite MEC esta em reformulação e que enviará a estrutura do portal para os membros do CNEDH para receber contribuições. Rafael informou que veio em substituição à Dra. Bianca. Fez um breve relato das Competências do CNMP, tais como o controle administrativo, financeiro e cumprimento dos deveres funcionais dos membros. Que atua não só com repreensão, mas também com orientação, por recomendações, notas técnicas. Plenário aprova e divulga para membros do MP. Possui a Comissão de Defesa dos

Direitos Fundamentais, e tem o Projeto João Cidadão (voltado a crianças e adolescentes), os membros do MP devem ir às escolas para divulgar esse projeto. No dia 18/04 o CNMP realizará consulta sobre gastos com Educação e Saúde. O CNEDH pode propor ideias ou recomendações para o CNMP trabalhar junto aos membros do CNMP. Informou que enviará informativo para membros do CNEDH. Informou também o site do CNMP www.cnmp.mp.br. Mariana informou que o Fábio trabalha com área de Direitos Humanos e ela com Educação e que enviará links para compartilhar com CNEDH.

Comissões permanentes nos 5 eixos do PNEDH e criar GTs importantes para o momento.

Daniella falou da UAB (Universidade Aberta do Brasil), utilizar como ferramenta para cursos EAD. Tem excelente estrutura. Fazer articulação com base do movimento estudantil (grêmios, CAs, DCEs...). Para a educação básica deve-se aproveitar a Sala do Educador (curso para professores e equipe gestora). Talvez só ocorra no Mato Grosso (verificar com MEC). Falou que a UBES deve estar presente nas discussões sobre ensino básico e técnico. Luta-se pela eleição direta para diretor em SP. Professor concursado não conhece cotidiano daquela comunidade. Reformulação do ensino médio. Alertou que apenas nome social não basta para diminuir evasão escolar. A escola deve ser laica e inclusiva. Antes de pensar nas cotas para trans nas universidades, deve-se garantir a permanência delas na escola básica. O professor Carbonari falou da organização do CNEDH. O formato anterior do CNEDH sempre organizou o pleno para uma agenda específica, não havia uma estrutura permanente como a atual. O FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), por exemplo, deve estar presente nas discussões sobre educação e mídia. Propõe que sejam trabalhados os 5 eixos do PNEDH em Comissões Permanentes; os GTs podem ou não estar vinculados às Comissões; os GTs devem dar fluidez ao debate, pois tem prazo de trabalho, objeto específico de trabalho. A lista de prioridades deve se converter em GTs; o Modelo apresentado do CNMP parece bastante funcional, pode ser utilizado no CNEDH; a reunião do Pleno deve ser antecedida por reuniões das Comissões; e que os GTs não precisam estar vinculados à reunião do Pleno. Gecilvânia comentou sobre o vídeo do Prof. Mario Sérgio Cortela, dando entendimento de que a família é responsável pela formação de um sujeito e a escola é responsável pela escolarização, apenas. Esse vídeo viralizou no país. Família e escola, qual a responsabilidade de cada um? Culpabilidade generalizada dos professores para com a família. Ressaltou a importância do resgate dos grêmios estudantis. Dirigente pontua, mas não ecoa entre os professores. Lamentou que o trabalho do CNEDH ainda não chegou na escola. Onde estava a UNDIME que não fez esse debate chegar aos dirigentes? O que ocorreu nesse caminho? Falou dos ataques que os Planos Municipais de Educação estão sofrendo, que sob a orientação dos bispos, as Câmaras Municipais não devem aceitar a expressão “gênero”, em nenhum trecho dos Planos. Propôs que haja uma rede de acompanhamento aos Planos. Falou da agenda dos dias 13 a 15 de abril, onde será discutida sistemática de acompanhamento dos Planos, com ao menos 1 coordenador por estado, que vai orientar as ações. Propôs que deve haver diálogo do CNEDH com Secretário ou com Geraldo Gross. Sobre a Educação Superior, lembrou que o Prof. João Dourado fez discussão sobre Diretrizes. E afirmou que o gargalo está na formação. Apontou a realização de 12 audiências públicas em Serrinha. Acionou UNCME (União dos Conselhos Municipais de Educação), MEC, não cedeu. Destacou a importância da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC). Fernanda Lapa, falou da estrutura do CNEDH, compartilhando dala do Prof. Carbonari e concorda com divisão nos eixos do PNEDH, e pensou em temas que perpassam por todos os eixos, mas que não se limitam temporalmente. Professor Carbonari complementou: GTs transversais e GTs temporais. O professor Castor Ruiz falou sobre a necessidade de trabalhar tema de Justiça e Memória. Discorreu que Direitos Humanos deve ser um modo de viver. Esse é o horizonte a se almejar, viver em uma cultura de Direitos Humanos. Falou que a saúde deveria estar entre os Eixos do Plano. Reforçou a fala da professora Nair sobre como fomentar, consolidar e aumentar a pesquisa em Direitos Humanos, e lembrou que a professora Nair já respondeu sobre a luta com a CAPES para que se consiga a criação da linha de pesquisa de Direitos Humanos. Área interdisciplinar, que

atravessa várias áreas do conhecimento. Sugeriu encontro com representantes do CNPq e da CAPES. Professora Nair Bicalho recordou que um dos primeiros debates do CNEDH foi tentar recortar o que era a EDH, lembrou que Vera Candau deu grande contribuição para o conceito de EDH que está no Plano e que até conseguir situar que a educação deveria trabalhar valores, envolvendo cognitivo, social, tomou-se um tempo. Em relação à saúde, ponderou que caberia mais ao Ministério da Saúde, trata-se de um recorte muito específico. Lembrou que: para a Educação básica já temos duas Diretrizes para acompanhar e implementar (EDH e Formação Inicial e Continuada de Professores). A SECADI já está no CNEDH com muito empenho, no campo de implementação da EDH no sistema educacional brasileiro (fez breve cumprimento). A SEB deve vir ao CNEDH se comprometer com a EDH, pois é quem faz a política, a articulação com as Secretarias Municipais e estaduais de educação. Lembrou que a professora Aída fez estudo sobre Planos de Ação, e concluíram que já havia certo avanço, mas já houve mudanças de gestores. Apontou para a necessidade de se construir uma cultura de direitos humanos por processos formativos. Professora Nazaré lembrou que a SECADI começou a fazer encontros com representantes das SEDUCs. Separação entre Educação Básica e Diversidade.

Fernanda Brito falou sobre aproveitar participação do CONSED e da UNDIME. De fazer a articulação da educação superior com a SESU para incidência no PROEXT. Articular com a ANDIFES (Universidades Federais devem ser o foco). Apenas 3 reitores não apoiam o atual governo, a implementação de políticas para a diversidade. Ressaltou que a ANDIFES deve mobilizar Universidades para formação de professores da educação básica e para implementar Diretrizes EDH no Ensino, Pesquisa e Extensão. Falou de se priorizar nos próximos dois anos as Universidades públicas Federais e Estaduais. Destacou o processo de internacionalização das Universidades privadas. Ressaltou a importância do CNPQ conseguir lançar ao menos um edital por ano. Trabalhar a pós-graduação com ANDHEP, ANPOFI e APOFES. As disciplinas do ensino médio que podem ser nossas parceiras, por exemplo, Filosofia é área de formação de professores. Fazer articulação com os mestrados de DH que já existem, fazer disso um canal para difundir nossas propostas e conseguir apoio. Ressaltou que a SDH tem o papel central na promoção da Educação não formal. Articular com centrais sindicais, igrejas (ver onde estão padres e bispos que compartilham visão progressista do Papa). Eixo na capacitação de lideranças populares, e com isso multiplicar o trabalho. SDH podia fazer parceria com SECADI para promover capacitação de lideranças populares. Produzir material pedagógico para sociedade trabalhar. Promover condições para implementação da política. Lembrou que para a Educação e Justiça: SENASP, DEPEND, Polícia Federal (tráfico de pessoas, pedofilia), há núcleo de EDH na PF, é preciso articular intercâmbio de experiências. Devemos abrir diálogo com CNMP para intervir na criminalização dos movimentos sociais. Falou da dificuldade com as forças armadas que são blindadas, não abrem à discussão sobre Direitos Humanos, treinamentos bárbaros, onde morrem pessoas. Falou que a Defensoria Pública já vem sendo aliada, parceira e que devemos manter o diálogo. É preciso pressionar para que se abram vagas da Defensoria para defender população marginalizada. No eixo Educação e Mídia, devem ser acionadas a TV Senado, TV Escola, TV, Câmara, TV Justiça, redes sociais (DHNET, interredes...), rádios comunitárias. Sugere que os Comitês Estaduais e Municipais façam Planos Estaduais e Municipais, avaliação e monitoramento do PNEDH, acompanhar Diretrizes Nacionais de Gênero se faça parcerias com a SEPM. Questionou se o CNE mandou refazer todos os Planos estaduais de Educação. Aída Monteiro destacou a elaboração de Diretrizes para Mercosul. Fernanda Lapa sugeriu que se faça um primeiro relatório de implementação do PMEDH, mesmo que tardio. Chris propôs a inclusão entre os eixos a educação para os servidores públicos. Fernanda Brito complementou dizendo que a Educação não formal pode ser transformada em educação popular, a educação voltada para cultura de Direitos Humanos, como a Mostra de Cinema e outras formas que acessem públicos de formas diferenciadas. Educação e mídia: Ministério das Comunicações (projeto de inclusão digital) Vanderlene sugere pensar na ENAP para contribuir no eixo de educação para os servidores públicos. Atuar também com as agendas transversais: Parlamentar, Internacional, Legislação, Articulação

institucional e Advocacy (verificar fundos internacionais voltados para a Educação, contratação de consultorias). Professor Moacir Gadotti propôs que devemos ter um Plano de Comunicação. Pensar estrategicamente, em larga escala. Pensar nas grandes políticas, acompanhar, estruturar e sistematizar. A memória é importante, registrar é importante. Falou da constituição de um GT de Regimento Interno, e também de trabalhar os Comitês estaduais. Sugeriu que devemos nos dividir para pensar em como funcionarão os GTs e as Comissões. Fazer funcionar as estruturas, que são muito flexíveis e se modificam com o tempo. Dependem de estrutura política estratégica. Definidas as prioridades, fica fácil fazer funcionar a estrutura. Professor Carbonari lembrou que a lista de demandas é grande, mas CNEDH é consultivo. Tarefa é das Coordenações Gerais. Não confundir competências consultiva e executiva. Falou que o Comitê precisa construir conteúdo e elencou 5 prioridades do CNEDH: primeira é interna: Regimento. As demais são: Atualização PNEHD, Implementação das Diretrizes, Comitês estaduais, Escola de EDH. Disse que a lista de parceiros para articulação, levantada pela Professora Nair, enviará por e-mail. E disponibilizou-se a estar nas Comissões de Educação Superior ou de Educação Popular. GT: Escola (proposta há 10 anos) e atualização do PNEHD. Chris afirmou que vamos sistematizar as propostas, elaborar memória da reunião e lista de presença que será enviada a todos. Subgrupo de comunicações do Mercosul. Propôs criar grupo no Whatsapp (com “juízo e parcimônia”), voluntário. Cada um deve enviar seus contatos indicando vontade de participar do grupo. Informou que amanhã discutiremos a participação do CNEDH na 12ª CNDH, pensar nomes de palestrantes ou facilitadores. Foi debatido a criação dos GTs de trabalho a partir dos 5 Eixos que compõem o PNEHD, foram também indicados os nomes para a composição desses GTs. Eixo 1 - Educação básica: Gina, UNDIME; Eixo 2 - Educação superior: Adriana (OEI), Carbonari (IFIBE), Castor Ruiz (UNISINOS), professora Nazaré, professora Nair; Eixo 3 - Educação popular - Fernanda Lapa (IDDH), Moacir Gadotti (IPF), Carbonari (IFIBE); Eixo 4 - Educação e mídia – Vanderlene; Eixo 5 - Educação dos profissionais de justiça, segurança e servidores públicos – IDDH, Professora Nazaré. Os membros que ainda não indicaram seus nomes para a participação em um dos GTs poderão indicar posteriormente. Para os trabalhos das agendas transversais: Parlamentar e Internacional: IDDH, Vanderlene, OEI; Legislação e Articulação institucional (verificar fundos internacionais voltados para a Educação, contratação de consultorias): OEI; GT revisão PNEHD: Professora Nazaré, Professora Nair; GT Comitês: Professora Nazaré e Professora Nair.

No dia 01 de abril, deu-se continuidade aos trabalhos do CNEDH, onde foi discutida a participação dos membros do Comitê na 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos a ser realizada entre os dias 27 a 30 de abril/2016. Após essa discussão ficou definido que a CGEDH enviará todas as informações que receber da Organização da Conferência, se comprometendo a manter todos os membros informados.

Propostas levantadas:

- construir site de EDH
- identificar redes formativas
- estratégias de implementação das Diretrizes
- convidar às Secretarias do MEC e todas outras que tiverem relação com os debates do Comitê para participarem do planejamento;
- solicitar audiência do Comitê com o Ministro da Educação
- inserir EDH nos instrumentos de avaliação - SENSO.
- articular a implementação das Diretrizes para a EDH nas Universidades.
- realizar balanço dos 10 anos de PNEHD e propor estratégias de monitoramento do PNEHD-
- convidar o MDS para fazer parte do CNEDH

- UAB (Universidade Aberta do Brasil), utilizar como ferramenta para cursos EAD
- educação básica deve-se aproveitar a Sala do Educador (curso para professores e equipe gestora).
- trabalhados os 5 eixos do PNEDH em Comissões Permanentes
- a reunião do Pleno deve ser antecedida por reuniões das Comissões
- diálogo do CNEDH com Secretário ou com Geraldo Gross
- necessidade de trabalhar tema de Justiça e Memória
- encontro com representantes do CNPq e da CAPES
- parceria com SECADI para promover capacitação de lideranças populares.
- produzir material pedagógico para sociedade trabalhar.
- abrir diálogo com CNMP para intervir na criminalização dos movimentos sociais.
- inclusão entre os eixos da educação para os servidores públicos
- primeiro relatório de implementação do PMEDH
- Plano de Comunicação
- constituição de um GT de Regimento Interno
- CNEDH construir conteúdo - 5 prioridades : primeira é interna: Regimento. As demais são: Atualização PNEDH, Implementação das Diretrizes, Comitês estaduais, Escola de EDH.
- criar grupo no Whatsapp

GTs de trabalho a partir dos 5 Eixos que compõem o PNEDH:

Eixo 1 - Educação básica: Gina, UNDIME;

Eixo 2 - Educação superior: Adriana (OEI), Carbonari (IFIBE), Castor Ruiz (UNISINOS), Professora Nazaré, Professora Nair;

Eixo 3 - Educação popular - Fernanda Lapa (IDDH), Moacir Gadotti (IPF), Carbonari (IFIBE); Eixo

4 - Educação e mídia – Vanderlene;

Eixo 5 - Educação dos profissionais de justiça, segurança e servidores públicos – IDDH, Professora Nazaré

Agendas transversais:

Parlamentar e Internacional: IDDH, Vanderlene, OEI;

Legislação e Articulação institucional (verificar fundos internacionais voltados para a Educação, contratação de consultorias): OEI;

GT revisão PNEDH: Professora Nazaré, Professora Nair;

GT Comitês: Professora Nazaré e Professora Nair.

Em não havendo mais nada em pauta, deu-se por encerrada a reunião.